Contas públicas Receitas e despesas

Em bloqueio do Orçamento, governo preserva emendas, mas corta PAC

Para não desrespeitar o novo arcabouço fiscal, Fazenda teve de reter R\$ 2,9 bilhões em razão da projeção de despesas para este ano

MARIANA CARNEIRO GIORDANNA NEVES BRASÍLIA

O bloqueio em despesas do governo federal deverá incidir sobre verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de ministérios. As emendas parlamentares de co-

missão, que estão no centro da disputa entre Legislativo e Executivo por nacos do Orçamento, foram poupadas.

O Ministério do Planejamento divulgou ontem o detalhamento do bloqueio de R\$ 2,9 bihões no Orçamento federal na semana passada. Ele foi necessário porque a projeção de despesas para o ano, após a primeira revisão bimestral, ficou acima do permitido pelo novo arcabouço fiscal.

O bloqueio poderá ser revisto ao longo do ano, a depender do comportamento de despesas obrigatórias do governo, como os gastos com Previdência e com a folha de pagamentos.

No detalhamento informado ontem, o Planejamento informou que a totalidade do bloqueio o correu em rubricas identificadas com o marcador RP2 e RP3, que designam os gastos discricionários dos ministérios e os do PAC, respectivamente. A decisão de preservar as emendas de comissão, segundo apurou o Estadão, foi tomada em conjunto pelos ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO): Casa Civil, Planejamento, Fazenda e Gestão.

O governo já enfrenta malestar com congressistas após ter cortado R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão na sanção do Orçamento, em janeiro. Parlamentares e senadores tentaram emplacar R\$

Embate Emendas parlamentares de comissão, que estão no centro da disputa entre

Legislativo e Executivo

16,6 bilhões para essas emendas, mas o governo alegou que só havia acordo para R\$ 11 bilhões. Insatisfeitos, eles agora prometem colocar o veto

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em votação, com a intenção de derrubá-lo.

Ao preservar as emendas de comissão do bloqueio atual, o governo ameniza esse mal-estar, podendo adiar o embate com o Congresso. A alegação é que o valor a ser bloqueado é pequeno e que, portanto, não valia a pena comprar novo desgaste com o Parlamento.

PERSPECTIVA. Além disso, o governo trabalha com a expectativa de que na revisão orçamentária de maio será possível ampliar as despesas entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões, a depender da evolução das despesas obrigatórias. Há planos já contratados para essas cifras, como um aventado reajuste para os servidores, mas integrantes da equipe econômica desejam também liberar os recursos que foram bloqueados no PAC e nos ministérios. ●



Cidades é a pasta com maior contingenciamento

BRASÍLIA

Pelo detalhamento do bloqueio divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento, a pasta que terá mais recursos retidos é a das Cidades (R\$741,47 milhões), seguida de Transportes (R\$678,97 milhões), coincidentemente os que têm mais obras do programa, que é uma

das vitrines do governo Lula. As duas são comandadas por políticos do MDB, mesmo partido da ministra Simone Tebet (Planejamento).

Já o Ministério de Desenvol-

vimento Regional, controlado por Waldez Góes, nome de David Alcolumbre (União-AP) no governo, não teve bloqueios.

Caberá a cada pasta agora informar ao Planejamento onde fará os gastos, se em obras inscritas no PAC ou se em iniciativas discricionárias próprias.

PressReader.com +1 604 278 4604 copyright and proficiely applicable law

D pressreader PressRe